

Estudo Técnico Preliminar 43/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08211.005136/2022-56

2. Descrição da necessidade

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda (SEI nº 26112716), demonstrando a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação em consonância com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 58, de 08 de AGOSTO de 2022.

O objetivo do estudo é a Contratação de empresa homologada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), visando o serviço de fornecimento, para compra direta, por um período inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis de acordo com a legislação vigente, dos principais FLUIDOS e COMPOSTOS QUÍMICOS, a serem aplicados à Frota da Coordenação de Aviação da Polícia Federal, tendo por objetivo "desafogar" os Contratos de Manutenção e Fornecimento de Componentes das aeronaves.

A Polícia Federal, por meio da Coordenação do Comando de Aviação (CAOP), emprega, nas suas atividades operacionais, 13 (treze) aeronaves. Os Contratos de Manutenção são diversificados, devido a especificidade de Operação e Manutenção de cada projeto.

No caso da aeronave AW-139 (PR-HFV), o fornecimento desses fluidos lubrificantes e compostos não é coberto por nenhum dos contratos vigentes: de combustíveis, de peças ou de manutenção, sendo necessário um contrato específico para tal, devido à atual empresa de fornecimento de peças e produtos aeronáuticos não ter licença da ANP (Agência Nacional do Petróleo) para comercialização do produto.

Tendo em vista a diversidade de aeronaves (diferentes categorias e porte), não raro, a Administração se depara com Taxas Administrativas em percentuais variados, uma vez que a empresa contratada para manutenção e fornecimento de componentes das aeronaves necessita adquirir óleos lubrificantes e fluidos hidráulicos de terceiros, o que impacta no preço final do produto aeronáutico.

Adquirir óleos e lubrificantes químicos por meio de uma Ata de Registro de Preços tornará a aquisição mais célere, econômica e vantajosa para a Administração, já que a Administração poderá adquirir os produtos diretamente de Empresas nacionais que estão habilitadas a vender óleos e lubrificantes. Assim, não haverá a incidência de taxa administrativa, como tem ocorrido nos atuais contratos de manutenção de cada aeronave.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CAOP/CGAP/DIREX/PF	CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O dever de prover a manutenção da aeronave decorre de exigência legal. Nesse sentido, os §§ 2º e 3º do art. 70 do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86) dispõem: “§ 2º *Todo explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar a manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais componentes, a fim de preservar as condições de segurança do projeto aprovado.*

§ 3º *A autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade se constatar a falta de manutenção.*”

O Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica que trata das “Regras Gerais de Operação para Aeronaves Civis” (RBHA 91) estabelece no item 91.7(a) que: *“nenhuma pessoa pode operar uma aeronave civil, a menos que ela esteja em condições aeronavegáveis”*.

A Subparte “E” do RBHA 91 que trata da manutenção, manutenção preventiva, modificações e reparos, estabelece no item 91.403 (a) que: *“o proprietário ou o operador de uma aeronave é primariamente o responsável pela conservação dessa aeronave em condições aeronavegáveis”*.

Nos termos do art. 1º do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018: *“dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”*.

A CONTRATADA deverá possuir AUTORIZAÇÃO de atividade de Agente de Comércio Exterior, conforme Resolução ANP nº 777 de 05/04/2019.

A CONTRATADA deverá apresentar Declaração de Capacidade Técnica emitida pelo serviço público ou Declaração de Ente Privado demonstrando a capacidade de fornecimento de no mínimo 200 (duzentas) unidades de fluidos (óleos, lubrificantes etc.) no período de 12 (doze) meses.

5. Levantamento de Mercado

As pesquisas de preços estão referenciadas na Lei 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 7 de julho de 2021.

Tendo em vista que se trata de bens de consumo não-duráveis, a locação torna-se inviável, sendo a aquisição a melhor opção.

Foram realizadas pesquisa de preços conforme tabela com os distribuidores abaixo, esclarecendo que devido às variações de preços sofridas pelo material pretendido, os valores base em licitações anteriores tornaram-se ineficientes em relação aos valores praticados pelo mercado no momento.

EMPRESA	CNPJ
AEROQUALITY COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	08.403.769/0001-62
HELIGEAR AVIATION PARTS LTDA	43.551.002/0001-81
GDI IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PECAS AERONÁUTICAS LTDA	10.623.303/0001-14
AVIÕES BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	07.488.944/0001-07
X5 COMERCIO DE PRODUTOS AERONAUTICOS E INDUSTRIAIS LTDA	08.687.885/0001-50
ALL TRACK LUBRIFICANTES	49.743.602/0001-28
GIROS LUBRIFICACAO INDUSTRIAL LTDA	04.512.757/0001-15
TECHNOIMPORT COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	25.227.914/0001-10
AIRBRANT PRODUTOS AERONÁUTICOS	24.252.229/0001-81

CLARUS TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA	03.093.486/0001-48
PEFIL LUBRIFICANTES MULTIMARCAS	58.805.466/0001-44

6. Descrição da solução como um todo

Trata-se de aquisições de materiais químicos, fluidos e lubrificantes mais consumidos nas manutenções das aeronaves da FROTA da CAOP.

A fim de possibilitar a disponibilidade da aeronave e o adequado registro de manutenções a cargo da contratada pelos serviços de manutenção, todo o material a ser adquirido deverá estar registrado na Agência Nacional de Petróleo, ter prazo de validade para utilização superior a 12 meses e garantia do fabricante válida. As embalagens deverão ser as originais do fabricante, estar em perfeito estado de conservação, sem avarias, sem vazamentos, sem amassados, com todas as inscrições intactas e legíveis, sem sinais de adulteração ou desgaste pelo mau acondicionamento. Os bens deverão estar acompanhados por Manual de especificação/características do produto e do Manual do usuário, quando houver.

Todo o programa de manutenção aeronáutica, seja preventivo ou corretivo, está baseado nos manuais de manutenção das aeronaves.

Não raro, estes manuais de manutenção descrevem exatamente o tipo de óleo lubrificante, seja ele do motor principal ou de outras partes não menos importantes, como por exemplo o APU (motor de partida auxiliar), que devem ser empregados durante toda a vida útil do equipamento.

Baseado nesses manuais de manutenção, que este Estudo Técnico Preliminar (ETP) irá se pautar para que a Administração possa contratar Empresa, através de uma Ata de Registro de Preços, qualificada conforme a Agência Nacional de Petróleo (ANP), para prover estes materiais à FROTA desta Coordenação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Coordenação do Comando de Aviação da Polícia Federal dispõe de 13 (treze) aeronaves. 6 (seis) de asa rotativa e 7 (sete) de asa fixa:

1. AW139 (PR-HFV);
2. AS 350 B2 (PR-HFA);
3. AS 355 N (PR-HFC);
4. AS 355 N (PR-HFD);
5. AS 350 B2 (PT-HZH);
6. AS 350 B2 (PR-LEE);
7. ERJ-175 (PS-CAV);
8. ERJ-175 (PS-DPF);
9. ERJ-145 (PR-DPF);
10. ERJ-145 (PR-PFN);
11. B-300 (PR-BSI);
12. C-208B (PR-AAB) e
13. C-208B (PR-AAC).

A quantificação apresentada na descrição da solução foi mensurada em virtude da perspectiva de utilização das aeronaves e das diretrizes do manual do fabricante.

Foi solicitado a cada fiscal de contrato de manutenção das aeronaves que mensurasse o quantitativo demandado do óleo utilizado em cada aeronave, realizando assim, uma previsão do quantitativo necessário para manter a aeronavegabilidade das aeronaves em um período de 12 (doze) meses. Conforme visto nas solicitações via e-mail no anexo (SEI 32110730)

A aeronave B300 King Air possui como Fiscal de Contrato Substituto este subscrevente. Esta aeronave possui uma média de voo anual de 600 horas por ano, consumindo 40 latas de 946 ml de Turbo Oil 2380 MIL-PRF-23699G em média por ano. Fazendo com que uma lata seja consumida a cada 15 horas de voo aproximadamente.

A especificação dos itens a serem adquiridos baseia-se:

nas especificações técnicas presentes no Manual Geral de Manutenção da Aeronave;

na previsão de manutenções a serem realizadas nos próximos 12 (doze) meses em virtude das manutenções preventivas, calendárias e/ou por horas de voo da peça ou componente;

na necessidade de composição de ESTOQUE ESTRATÉGICO administrado pelo SMAN/CAOP/CGAP/DIREX;

nas discrepâncias constatadas por desgaste, perda ou quebra do item a ser substituído.

Com base no consumo anual desses itens nas aeronaves, por ocasião das manutenções programadas, bem como para que se possa manter uma reserva para utilização em eventualidades, tendo em vista as recomendações previstas nos manuais de manutenção das aeronaves, apresentam-se as quantidades e especificações de materiais conforme a seguir:

TABELA 01 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

GRUPO	ITEM	TIPO	ESPECIFICAÇÃO RECOMENDADA	EMBALAGEM	AW139	AS350 /AS355	ERJ175	ERJ145	B300	C208B	QTD TOTAL
1 e 2	1 e 2	Óleo para Turbina	Turbo Oil 2380 MIL-PRF-23699G	Lata - 946 ml	144	-	256	180	40	140	760
3	3	Óleo para Turbina	254 MIL-PRF-23699-HTS	Lata - 946 ml		80	-		-	-	80

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 280.792,00

As pesquisas estão referenciadas na Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia, bem como a Portaria nº 449 /2021 do MJSP.

ITEM	FLUIDO	EMBALAGEM	QTD	TECHNOIMPORT (valor unitário) (R\$)	X5 COMPANY (valor unitário) (R\$)	GDI (valor unitário) (R\$)	GIROS (valor unitário) (R\$)	PEFIL (valor unitário)	COMANDO DA MARINHA (valor unitário) (R\$)
¹ (ampla disputa)	Turbo Oil 2380 MIL- PRF- 23699G	LATA - 946 ml	570	350,00	495,00	235,00	305,58	604,00	159,36
² (até 25% exclusivo à disputa entre microempresas e empresas de pequeno porte, Art.48, III, Lei Complementar 123/2006)	Turbo Oil 2380 MIL- PRF- 23699G	LATA - 946 ml	190	350,00	495,00	235,00	305,58	604,00	159,36
³ (exclusivo à disputa entre microempresas e empresas de pequeno porte, Art.48, I, Lei Complementar 123/2006)	254 MIL- PRF- 23699- HTS	LATA - 946 ml	80	330,00	186,50	0	0	0	0
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO									

AMERICANAS (valor unitário) (R\$)	502,70	502,70	502,70	0
FIBRAER (valor unitário) (R\$)	0	0	0	184,90
CLARUS (valor unitário) (R\$)	0	0	0	0
VALOR DE REFERÊNCIA (valor unitário) (R\$)	350,00	350,00	350,00	184,90
VALOR DE REFERÊNCIA (valor unitário) (R\$)	66.500,00	199.500,00	14.792,00	R\$ 280.792,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não foi parcelada em grupos em razão de que, dessa forma, será dada oportunidade para um maior número de concorrentes para o certame, uma vez que nem todos concorrentes possuem todos os itens requeridos pela Administração, como pode ser visto nas cotações apresentadas neste ETP.

A licitação do item 1 será de ampla participação.

A licitação dos demais itens serão para disputa exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista necessidade de cotas exclusivas e de até 25% para contratação, Art. 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, *in verbis*:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

[...]

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)”

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para operação plena das aeronaves necessita-se das contratações correlatas: de formação de pilotos, treinamentos periódicos de pilotos, combustível, além da contratação interdependente de serviço de manutenção de aeronaves. Todos os itens mencionados atualmente são objetos de contratos correntes, realizados e gerenciados por esta unidade de aviação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Ata de registro de preços para aquisição de óleos e fluidos hidráulicos para a Frota de aeronaves da CAOP/PF está prevista no Planejamento Estratégico, PGC 2023 (AUSG 1283/2022).

A Polícia Federal, órgão integrante da estrutura administrativa do Ministério da Justiça, com a finalidade de exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, bem como as previstas nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, tem como missão exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito.

Nesse cenário, conforme IN nº. 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, cabe à Coordenação de Aviação, unidade subordinada à Diretoria Executiva, dentre outras atribuições, implementar o emprego de apoio aéreo nas ações táticas promovidas pelas unidades descentralizadas.

Dessa forma, o Serviço de Manutenção atua no sentido de prover aeronaves em pronta disponibilidade operacional. Razão pela qual, busca-se alcançar resultados satisfatórios com a contratação de Empresa provedora de itens essenciais para a continuidade das atividades da CAOP.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Manter a compra de óleos e fluidos em Ata de Registro de Preços é fato que contribui na manutenção da CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE de toda a Frota da CAOP.

Adquirir óleos e lubrificantes químicos mais utilizados nas aeronaves por meio de uma Ata de Registro de Preços tornará a aquisição mais célere, econômica e vantajosa para a Administração, pois tornará os custos de aquisição e transporte mais transparentes, permitirá uma maior concorrência para cada item individualmente além de simplificar a fiscalização deste futuro contrato.

Outro ponto vantajoso para a Administração diz respeito à Taxa Administrativa. A Ata contendo os principais óleos e lubrificantes necessários à operação da frota reduzirá os custos para a Administração, já que, nos Contratos de Manutenção respectivos incidem taxa administrativa e na compra direta do fornecedor não haverá incidência deste percentual.

A aquisição de lubrificantes e químicos para a FROTA da CAOP proporcionará maior atendimento às demandas da Polícia Federal, já que, são itens vitais à aeronavegabilidade, incrementando a relação "demandas atendidas versus custo operacional" (eficácia), das aeronaves da Polícia Federal. Além disso, a presente aquisição alinha-se com as ações constantes Planejamento Estratégico da Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

A Equipe de Planejamento da Contratação instituída dará prosseguimento às fases de licitações necessárias para aquisição dos produtos.

O Estudo Técnico Preliminar será aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de Unidade.

O Termo de Referência atenderá todas as exigências legais além da aprovação da autoridade competente.

O procedimento será analisado pela Assessoria Jurídica e após os saneamentos será iniciada a fase externa da licitação.

Pesquisa de mercado e preços definindo a melhor solução para a contratação, cumprimento de todos os requisitos legais e realização de processo licitatório para as aquisições.

Trata-se de contratação de caráter legal, a qual reduzirá custos e tornará a aquisição de óleos e fluidos, de forma dinâmica, menos burocrática.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A comercialização, importação e produção dos óleos lubrificantes citados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019 da ANP estão condicionados ao registro prévio na ANP.

A produção e a importação de quaisquer lubrificantes acabados estão condicionadas à autorização da ANP para o exercício das atividades de produtor e de comércio exterior.

O produto envasilhado deverá possuir rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto.

Os óleos lubrificantes para motores relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019 da ANP deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução.

Observar as vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Assim, diante do exposto acima, entende-se por VIÁVEL a contratação da solução demandada. Em cumprimento ao disposto da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, emitida pela Secretaria Especial de Desburocratização do Ministério da Economia, o presente documento segue assinado pelos Integrantes Requisitante, Administrativo e Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRENO TIBÚRCIO VIEIRA

Equipe de apoio

CARLOS AFONSO GONCALVES GOMES COELHO

Agente de contratação

ISRAEL DE MATOS AMARAL

Equipe de apoio